

CHAMADA PÚBLICA IPEA/PNPD Nº 043/2014 – SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que desenvolve pesquisas e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e avaliação de políticas e programas de desenvolvimento, CONVIDA os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos para seleção pública de candidatos a bolsa pesquisa, no âmbito Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento – PROMOB.

1. OBJETO

A presente Chamada tem por objetivo selecionar interessados, para concessão de bolsa de pesquisa, que atendam aos requisitos do Termo de Referência constante no Anexo I e no REGULAMENTO desta Chamada, em realizar pesquisa no projeto **“Pensando o Direito: Diagnóstico das condições de atuação e das consequências da ação policial”**.

2. QUANTIDADE E DURAÇÃO DAS BOLSAS

Serão concedidas 03 (três) bolsas e Auxílio Financeiro a Pesquisador, conforme quadro constante no item 4 do regulamento, com duração prevista de 08 (oito) meses.

3. REQUISITOS DOS CANDIDATOS

3.1. Ter título de doutor nas áreas de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas;

3.1.1. Os títulos obtidos no exterior só serão aceitos se e somente se forem validados por universidade pública em conformidade com a legislação vigente

3.2. Ter experiência em pesquisa empírica, preferencialmente em temas de segurança pública, direito penal, processual penal e/ou políticas públicas;

3.3. Desejável o domínio dos idiomas inglês e espanhol;

3.4. Apresentar proposta de projeto conforme item 3 do Regulamento;

3.5. Não possuir bolsa IPEA ou de outra instituição no ato da implementação desta bolsa, salvo se a bolsa de outra instituição estiver suspensa;

3.6. Caso tenha vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, deverá exercer a função de Pesquisador, Professor Universitário ou equivalente;

3.7. Não ter recebido bolsa IPEA na modalidade oferecida por período igual ou superior a 12 (doze) meses, exceto se, no ato da implementação da bolsa, ter cumprido o interstício de 01 (um) ano;

3.8. O candidato que tiver registro positivo no Cadin – Cadastro Informativo de créditos não quitados ficará impedido de receber o auxílio financeiro.

4. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS CANDIDATURAS

4.1. A solicitação deve ser apresentada, pelo candidato, mediante o cadastramento de seus dados no Sistema de Cadastro de Bolsista, disponível na página do IPEA www.ipea.gov.br mediante a seleção do projeto de interesse, anexando:

- a) Currículo ou informando endereço Lattes e;
- b) Proposta de execução de projeto.

4.2. Para candidatos que já possuem o cadastro será necessário acessar a ferramenta, selecionar o projeto e anexar a documentação mencionada no item

4.3. Constatando-se projetos idênticos encaminhados por diferentes candidatos, todas as propostas envolvidas serão desclassificadas.

5. CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS
Início do envio das candidaturas	01 de abril de 2014
Data limite para submissão das candidaturas	22 de abril de 2014
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do IPEA na internet	A partir de 01 de maio de 2014
Início das bolsas	A partir de 15 de maio de 2014

5.1. As solicitações devem ser enviadas ao IPEA até às 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, na data limite para submissão das candidaturas. No entanto, o Sistema de Cadastro de Bolsista - SCB receberá propostas com tolerância até às 12h (doze horas) do dia útil posterior à data de submissão das candidaturas, horário de Brasília.

5.2. Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o IPEA não se responsabiliza por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico pnpd@ipea.gov.br e telefones 61 3315-5219/5523, referenciando-se ao número da Chamada e nome do projeto.

7. DA REVOGAÇÃO OU DA ANULAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

7.1. A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a critério do IPEA, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

7.2. O IPEA poderá cancelar a presente chamada pública caso o Comitê julgador não se pronuncie no prazo de 30 dias a contar da entrega das propostas para análise.

8. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

8.1. A presente chamada pública poderá ser impugnada até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para submissão das candidaturas.

8.2. Decairá do direito de impugnar os termos da presente chamada o candidato que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para submissão das candidaturas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

8.3. A impugnação deverá ser dirigida à Coordenação responsável pela Chamada Pública, por meio eletrônico, para o endereço pnpd@ipea.gov.br.

9. CLÁUSULA DE RESERVA

O IPEA reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 28 de março de 2014.

BERNARDO FIGUEIREDO SILVA

Coordenador Geral de Serviços Cooperativos e Apoio a Pesquisa - Substituto

REGULAMENTO

1. OBJETIVO

A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante a seleção de pesquisadores para atuação nos projetos relacionados, em conformidade com as condições estabelecidas deste REGULAMENTO e nas normas contidas na Portaria IPEA/PROMOB nº 491, de 28 de dezembro de 2010 e Portaria IPEA/PNPD nº 492 de 29 de dezembro de 2010, que faz parte integrante da presente chamada independente de transcrição.

2. DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO

O detalhamento do projeto está descrito no Termo de Referência, Anexo I da presente chamada, onde consta:

- a) Título do Projeto;
- b) Propósito do Trabalho;
- c) Atividades a serem desenvolvidas pelos Bolsistas; e
- d) Resultados Esperados.

3. REQUISITOS DOS CANDIDATOS

O candidato deverá atender aos requisitos constantes do item 3 da Chamada Pública, os quais serão avaliados pelo comitê julgador mediante análise curricular, e apresentar proposta de projeto concernente ao tema proposto e conforme modelo previsto no Anexo II da presente Chamada, com no máximo 10 (dez) páginas – incluindo referências bibliográficas – composto de:

- a) Título do projeto;
- b) Contextualização da inserção nos eixos temáticos do IPEA do projeto proposto;
- c) Objetivos gerais e específicos;
- d) Justificativa;
- e) Referencial teórico;
- f) Metodologia proposta;
- g) Atividades e cronogramas;
- h) Resultados esperados;
- i) Referências Bibliográficas;
- j) Outras informações relevantes

4. ITENS FINANCIÁVEIS

A presente pesquisa prevê a aplicação de recursos financeiros no valor global estimado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Somente serão cobertas, pelo IPEA, as despesas previstas nesta Chamada Pública.

4.1. Modalidades e Valores das Bolsas

Quantidade	Modalidade	Valor Unitário em R\$
03	Doutor (não presencial)	4.500,00
03	Auxílio a pesquisador	64.000,00

4.1.1. O candidato vinculado a Instituição Pública deverá apresentar autorização da instituição de origem, comprovando, ainda, que a legislação que rege sua carreira permite atuação em projetos de pesquisa do IPEA.

4.1.2. Os candidatos selecionados que possuam vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal só poderão ser contemplados com as bolsas de pesquisa se exercerem cargos de Pesquisador, professor Universitário ou equivalentes.

Estes candidatos serão enquadrados na Modalidade de Pesquisador Visitante com o valor referente de R\$ 3.800,00.

4.1.3. Caso a modalidade inicialmente prevista estiver fixada em valor inferior ao indicado, no item anterior prevalecerá a modalidade de menor valor.

4.2. Auxílio Financeiro a Pesquisador

4.2.1. Para o desenvolvimento de suas atividades, será concedido aos selecionados para a bolsa Doutor, auxílio financeiro a pesquisador no valor máximo de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) para os seguintes itens financiáveis:

a) Despesas de deslocamento;

b) Despesas de hospedagem e alimentação – Limitado a R\$224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por pessoa/dia;

c) Equipe de apoio para aplicação dos instrumentos de pesquisa (Despesas de Serviços de Terceiros) – Limitado a um auxiliar de pesquisa com no mínimo título de Mestre, no valor global de R\$ 20.000,00, e até quatro pessoas ao valor de R\$750,00 por pessoa/mês.

4.2.2. O candidato selecionado que receber auxílio financeiro a pesquisador deverá prestar contas dos valores, conforme Manual de Auxílio Financeiro a Pesquisador – APES, disponível no site www.ipea.gov.br.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao IPEA, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas por comitê

interno nomeado para esse fim quanto ao mérito técnico-científico da candidatura nas seguintes notas:

NOTA: (0) Insuficiente; (1 – 4) Fraco; (5 – 6) Regular; (7 – 8) Bom – (9-10) Excelente

PESO NOTA: (1 a 5)

Item	Critério de Avaliação	Peso
A	Experiência em relação a temas específicos da vaga à qual o candidato está concorrendo	3
B	Experiência em pesquisa empírica	2
C	Coerência entre o projeto e o Termo de Referência	3
D	Entrevista	2

5.1. A critério do Comitê Julgador, poderão ser convocados para a entrevista apenas os candidatos mais bem colocados na avaliação dos quesitos A, B e C, conjuntamente.

6. RESULTADO DO JULGAMENTO

A relação dos candidatos aprovados será divulgada na página eletrônica do IPEA, disponível na Internet no endereço www.ipea.gov.br e seu extrato publicado no Diário Oficial da União.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Caso o proponente queira interpor recurso ao resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso, por meio do e-mail pnpd@ipea.gov.br, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União, desde que esteja disponibilizado ao proponente o resultado da avaliação do Comitê Julgador por meio eletrônico.

7.2. O recurso deverá ser dirigido a Comitê Julgador que, após o exame, poderá julgar pelo deferimento. Caso o Comitê julgue pelo indeferimento, o recurso será encaminhado para deliberação final da Presidência do IPEA.

7.3. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no IPEA.

8. DA CONCESSÃO DAS BOLSAS E AUXÍLIOS FINANCEIRO A PESQUISADOR

8.1. O(A) candidato(a) deverá manifestar interesse na concessão da bolsa, pelo e-mail pnpd@ipea.gov.br, no prazo de 5 (cinco) dias corridos após a publicação dos resultados, sob pena de não ter a bolsa implementada.

8.2. As bolsas serão concedidas na duração prevista em conformidade as Portarias IPEA nº 491, de 28 de dezembro de 2010 e nº 492, de 29 de dezembro de 2010, e com base no item 2 da presente Chamada, mediante a apresentação, no prazo determinado por comunicação oficial do IPEA, dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Solicitação de Bolsa;
- b) Termo de Compromisso assinado em duas vias;
- c) Autorização da instituição de origem para atuação no projeto (para candidatos vinculados a órgãos públicos);
- d) Cópia da carteira de identidade;
- e) Cópia CPF;
- f) Comprovante de Residência (emitido nos últimos 90 dias);
- g) Comprovante de escolaridade; e
- h) Comprovante Bancário de conta corrente.

8.3. Para concessão do auxílio será necessário apresentar o Termo de Concessão de Auxílio Financeiro a Pesquisador, constante no anexo I do manual de auxílio a pesquisador, devidamente preenchido.

8.4. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do IPEA e a realização no âmbito do Projeto Pensando o Direito.

8.5. Caso haja desistência do selecionado ou cancelamento da bolsa, poderá ser convocado o segundo colocado e assim sucessivamente, a fim de dar continuidade às atividades do projeto de pesquisa.

8.6. Após o término do projeto os pesquisadores poderão ser convocados para atuar como colaboradores do IPEA.

9. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão da bolsa poderá ser cancelada pela Presidência do IPEA, por ocorrência, durante sua implementação, de fato que justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada ou pelo coordenador caso o bolsista não apresente desenvolvimento condizente com o previsto no respectivo Termo de Referência e projeto aprovado.

10. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada candidato adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

11. DOS AJUSTES DOS PROJETOS APROVADOS

O projeto aprovado poderá sofrer ajustes junto à Diretoria interessada, visando adequação ao Plano de Trabalho do IPEA e as suas metas institucionais.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas serão de domínio IPEA, disponibilizadas em sua base de dados, com divulgação ao público.

13. ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO

ANEXO III – EMENTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA

1. TÍTULO DO PROJETO

Diagnóstico das condições de atuação e das consequências da ação policial

2. PROPÓSITO DO TRABALHO

A natureza jurídica da segurança pública como direito humano impõe sua coexistência harmônica aos demais direitos e garantias fundamentais, previstos no texto constitucional e em tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário.

Desse modo, mesmo em caso de necessidade de utilização da força policial, os direitos à vida, às integridades física e moral e à dignidade da pessoa humana devem ser assegurados, evitando-se que ações letais sejam justificadas por clamores sociais ou discursos que acentuam a sensação de insegurança da população, ou de insuficiência dos mecanismos estatais de prevenção da criminalidade e responsabilização dos autores de delitos.

Nesse cenário, é fundamental enfrentar o problema da letalidade envolvendo ações de agentes públicos responsáveis pela segurança pública, assumindo relevância o cumprimento de diretrizes nacionais e internacionais sobre o uso da força policial, como, por exemplo, aquelas constantes na Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Resolução nº 34/169, de 17 de dezembro de 1979, da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Assim, é importante avaliar os índices de letalidade oriundos de ações que envolvam profissionais de segurança pública por meio do levantamento quantitativo das vítimas, bem como, realizar a análise qualitativa destes dados, que tenha em consideração o perfil dos vitimados (cidadãos ou policiais), as circunstâncias comuns à ocorrência dessas mortes e o procedimento administrativo realizado pelos profissionais encarregados da investigação e responsabilização de eventuais desvios cometidos por agentes públicos.

Nesse contexto, é fundamental considerar a importância de medidas que permitam maior valorização dos profissionais de segurança pública. O diagnóstico da situação em que esses profissionais se encontram permite não só melhor compreender a forma como agem, como também permite apontar maneiras de investir na sua formação continuada, capaz de prover os meios necessários para que sua atuação seja eficaz e alinhada às corretas diretrizes para o uso da força.

Somente com base em pesquisa empírica sobre as causas e consequências atribuíveis à letalidade e vitimização policiais é que se pode empreender a alteração das políticas públicas de segurança aplicáveis e, eventualmente, da normatização correlata.

Desse modo, requer-se do pesquisador a coleta e análise de informações pertinentes às ocorrências policiais com resultado letal – seja de profissionais de

segurança pública, seja de não policiais. Deve o pesquisador perscrutar as causas desse problema, bem como as estruturas responsáveis pela investigação, e eventual responsabilização das condutas implicadas, nos âmbitos administrativo e judicial.

3. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS

A pesquisa terá como base metodologia empírica e abordagem interdisciplinar, podendo contemplar técnicas qualitativas e quantitativas.

Além da participação em reuniões e oficinas, as atividades a serem desenvolvidas pelo bolsista envolverão coleta, sistematização e análise de dados segundo desenho de pesquisa a ser definido em projeto e consolidado no relatório parcial, incluindo, em princípio:

I. Fazer levantamento bibliográfico e documental: requer-se do pesquisador o estudo e análise de bibliografia relacionada à letalidade envolvendo ações policiais, bem como de relatórios produzidos sobre a diagnose do uso da força policial.

II. Fazer levantamento das razões para a letalidade envolvendo ações policiais: requer-se do pesquisador realizar ou averiguar:

1. Em relação aos profissionais de segurança pública:

- a) Fazer levantamento quantitativo de profissionais de segurança pública mortos em situações de confronto em 2012 e 2013, tanto em serviço quanto em folga, o perfil socioeconômico, étnico-racial e de gênero das vítimas, bem como dos suspeitos ou autores (considerando-se, também, seu nível hierárquico na corporação policial);
- b) Identificar as causas comumente apontadas pelos órgãos de segurança pública para a morte de seus membros num confronto policial;
- c) Realizar entrevistas com profissionais de segurança pública sobre sua percepção quanto à morte de policiais e outras pessoas numa situação de confronto;
- d) Verificar de que forma a questão da letalidade e vitimização policial é tratada nos programas e manuais de formação dos

profissionais de segurança ou em outros fóruns ou âmbitos de discussão da corporação.

2. Em relação aos não policiais:

- a) Fazer levantamento quantitativo de não policiais mortos em atividades policiais nos anos de 2012 e 2013, faixa etária e seu perfil socioeconômico, étnico-racial e de gênero (considerando-se, também, seu perfil de criminalização secundária e terciária);
- b) Fazer levantamento dos procedimentos administrativos e inquéritos policiais relacionados à letalidade citados na alínea anterior, bem como seleção de amostra representativa;
- c) Identificar as justificativas apontadas nos procedimentos administrativos e inquéritos policiais pertencentes à amostra para a utilização da força com resultado morte e o perfil socioeconômico dos vitimados;
- d) Realizar entrevistas com familiares da amostra de pessoas vitimadas pela ação sobre sua percepção quanto à atuação dos profissionais de segurança pública, bem como se houve eventual reparação pelo Estado;

III. Fazer levantamento de informações quanto aos órgãos públicos responsáveis pelo monitoramento, investigação, controle e responsabilização da letalidade envolvendo ações policiais; requerendo-se do pesquisador:

- a) Identificar órgãos responsáveis pelo monitoramento, controle e apuração da letalidade envolvendo ações policiais e a natureza da instituição (se órgão correcional interno ou de controle externo, como corregedoria,

Ouvidorias de Polícia, Defensoria Pública e Ministério Público);

- b) Identificar os procedimentos adotados pelos órgãos públicos de correição e controle externo da atividade policial, seus níveis de cooperação e coordenação executiva;
- c) Identificar os efeitos administrativos (disciplinares) ou jurídicos das apurações realizadas;
- d) Identificar se houve afastamento preventivo ou apreensão de armas realizadas em decorrência da letalidade envolvendo ações policiais;
- e) Realizar a análise de relatórios e entrevistas com órgãos responsáveis pela apuração da conduta policial (tais como corregedorias ou Ouvidorias Públicas, sem prejuízo de outras Instituições com atuação em defesa dos familiares das vítimas de letalidade) sobre sua percepção quanto à letalidade envolvendo ações policiais e eficácia das medidas adotadas para seu controle e responsabilização.
- f) Fazer levantamento quantitativo dos casos analisados que resultaram em expulsão ou prisão de policiais militares e policiais civis.

A pesquisa deverá considerar também a realidade de aparelhamento dos órgãos de segurança pública dos estados estudados, considerando os orçamentos, repasses, níveis de execução e gestão dos recursos, e de sua comunicação maior ou menor com a sociedade civil em decorrência do serviço público prestado, de forma a propiciar a identificação dos desafios a serem superados por uma política nacional de prevenção da letalidade e vitimização policiais.

IV. Abrangência

A pesquisa de cada candidato deverá ser realizada em ao menos três unidades da Federação, de modo a possibilitar análise comparativa das práticas e procedimentos adotados pelas forças de segurança e seu impacto nos índices de letalidade.

Cada candidato deverá realizar a pesquisa nos três estados pertencentes a cada um dos três grupos abaixo:

Candidato 1: Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais;

Candidato 2: Sergipe, Bahia e Pernambuco;

Candidato 3: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo;

4. RESULTADOS ESPERADOS

- (i) Plano de pesquisa para etapas teóricas e de campo, com desenho metodológico pormenorizado, dentro de 30 dias;
- (ii) Relatório intermediário, com informações sobre o andamento dos trabalhos e resultados iniciais, contendo levantamento diagnóstico da situação encontrada, dentro de 120 dias; e
- (iii) Relatório final, com resultados obtidos pela pesquisa, contendo proposições de alteração normativa ou adoção de procedimentos por órgãos públicos, dentro de 210 dias.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO

MODELO DA CAPA

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional - PNPD

PROPOSTA DE PROJETO

Nome do Candidato

- () Candidato 01 – Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais**
- () Candidato 02 – Sergipe, Bahia e Pernambuco**
- () Candidato 03 – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo**

ANEXO II – CONTINUAÇÃO

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO

1) O projeto deverá constar os seguintes itens:

- 1.1 Contextualização da proposta quanto à inserção nos eixos temáticos do IPEA
- 1.2 Objetivo geral
- 1.3 Objetivos específicos
- 1.4 Justificativa
- 1.5 Referencial teórico
- 1.6 Metodologia proposta
- 1.7 Atividade e cronogramas
- 1.8 Resultados esperados
- 1.9 Outras informações relevantes
- 1.10 Referências Bibliográficas

IMPORTANTE:

- a) Tipo de arquivo: “doc” ou “pdf”.

ANEXO III - EMENTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

1. Inserção Internacional Soberana

Uma Nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural; ser capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos antigos de inserção subordinada e desenhar sua própria história.

2. Macroeconomia para o Desenvolvimento

O movimento das forças de mercado, por si só, não é capaz de levar economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda. Desta maneira, o pleno emprego dos fatores produtivos (como a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) passa a ser interesse e objetivo coletivos, apenas possível por um manejo de políticas públicas que articule virtuosamente os diversos atores sociais em torno de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e incluyente.

3. Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia

Não existe experiência exitosa de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado como ator estratégico nos processos nacionais de construção econômica, social e política. Paralelamente, por mais que as economias e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, importantes dimensões da vida social permanecem sob custódia das políticas nacionais, aprofundando a ideia de que o Estado-Nação é ainda a principal referência no que se refere à regulação das diversas dinâmicas que se desenrolam em seu espaço territorial. Sendo assim, é imprescindível refletir sobre os arranjos institucionais mais adequados para conjugar Estado, mercado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento *incluyente, soberano e sustentável*, que seja a meta da Nação brasileira e o objetivo maior das políticas públicas.

4. Estruturas Tecnológica e Produtiva Avançadas e Regionalmente Articuladas

O entendimento de que o desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma estrutura produtivo-tecnológica avançada traz como imperativo a valorização da pesquisa e desenvolvimento em C&T como elemento indispensável do desenvolvimento nacional. Por outro lado, a compreensão de que essa estratégia e

estrutura a ser implementada deve ser regionalmente articulada faz com que temáticas ligadas à territorialização e regionalização do desenvolvimento adquiram centralidade na agenda pública. Por isso, esta dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização produtiva e economia regional. Inclui ainda aspectos referentes à estrutura produtiva e à política de C&T, P&D, inovação e competitividade, como condicionantes de uma estratégia de desenvolvimento que reduza as desigualdades existentes no país.

5. Infra-Estrutura Econômica, Social e Urbana

A adequação da infraestrutura e logística de base é uma dimensão fundamental do desenvolvimento nacional. Nela, tem destaque a atualização da matriz energética brasileira e a expansão adequada da infraestrutura econômica e social do país, com destaque para a complementaridade entre habitação, saneamento e mobilidade. Todos os modais de transportes, fontes energéticas e telecomunicações – e as interconexões existentes entre tais dimensões – complementam o esquadro da infraestrutura econômica e social necessária ao desenvolvimento nacional.

6. Proteção Social, Direitos e Geração de Oportunidades

No mundo contemporâneo, o avanço material das forças produtivas e o amadurecimento das instituições públicas e privadas reforçam a idéia de que garantir direitos, promover a proteção social e gerar oportunidades de inclusão qualificada são não só objetivos teoricamente possíveis como condição necessária a qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Visto este movimento em perspectiva histórica, percebe-se que a civilização ocidental constituiu um conjunto de parâmetros fundamentais de convívio e sociabilidade em torno dos quais passaram a se organizar certos direitos civis, políticos e sociais, balizadores da condição humana moderna. Condensados na idéia forte de cidadania, o acesso a este conjunto de direitos passa a operar como critério de demarcação para a inclusão ou exclusão populacional em cada país ou região, portanto, como critério de demarcação para se aferir o grau de desenvolvimento nacional em cada caso concreto.

7. Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental é aqui afirmada como dimensão transversal inseparável das demais. Biomas de alta relevância devem ser alvo de proteção e de iniciativas estratégicas. O acesso à água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento que já se faz imperativa entre os povos do mundo. A conservação das bacias hidrográficas, portanto, deve ser compatibilizada com as atividades econômicas em geral e com os processos em curso de urbanização no mundo. A gestão da biodiversidade e da biotecnologia brasileira se

converte igualmente em ativo econômico e político à inserção internacional soberana do país. Por fim, as mudanças climáticas e o fenômeno do aquecimento global devem receber atenção especial e tratamento prospectivo para que se conheçam seus alcances sobre os biomas e a própria humanidade, e para que se formulem políticas preventivas em tempo hábil.